



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 29.285/2012

APENSOS N.º 480.000.610/2010 e N.º 053.000.976/1995

PARECER N.º 936/2015–DA

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF. Irregularidades na concessão e no pagamento da Indenização de Transporte. Conduta dolosa do beneficiário. Fraude. Responsabilidade comprovada. Débito devidamente quantificado. Citação do beneficiário. Improcedência das alegações de defesa. Contas julgadas irregulares. Inabilitação e notificação do responsável. Desconto em folha. Requerimento. Decisão n.º 4.317/2016. Não provimento do pleito. Arquivamento.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos acerca de Tomada de Contas Especial para apurar irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte a militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, **Luis Gomes Bezerra**, por ocasião de sua passagem para a inatividade.

2. Apesar de regularmente notificado (fl. 164), o ex-bombeiro militar não comprovou o recolhimento do débito que lhe fora imputado na Decisão n.º 1.832/2015 (fl. 89) e nos Acórdãos n.º 205/2015 e n.º 204/2015 (fls. 90/91), no valor de **R\$ 147.919,85** (cento e quarenta e sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), valor atualizado até abril de 2015 (fl. 66), confirmado pela Decisão n.º 2.006/2016 (fl. 163), que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Luis Gomes Bezerra** (fls. 107/119), razão pela qual foram adotadas as providências para a devida cobrança, consoante artigo 29 da Lei Complementar n.º 01/94 (fl. 168).

3. Por meio do Ofício n.º 1.190/2016-CBMDF_GABCG e anexos (fls. 176/179), o CBMDF informou a efetivação do desconto, na folha de pagamento do militar **Luis Gomes Bezerra**, conforme demonstrado na cópia da folha de pagamento acostada aos autos (fl. 1879), do débito de **R\$ 171.518,51** (cento e setenta e um mil, quinhentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos).

4. A Unidade Técnica, por sua vez, via Memorando n.º 623/2016-SECONT (fl. 181), encaminhou a documentação pertinente à Secretaria-Geral de Controle Externo – SEGECEX para proceder ao registro e acompanhamento formal e controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal, em observância ao estabelecido no artigo 2º, inciso I, alínea “g”, da Portaria n.º 76/97, com a redação dada pela Portaria n.º 300/11, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE n.º 02/11.

5. Observa-se, ainda, que o Exmo. Deputado Roosevelt Vilela (fls. 171/172) encaminha pedido formulado pelo **Sr. Luis Gomes Bezerra** (fls. 173/175), requerendo “(...) o



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

SOBRESTAMENTO do feito, bem como o encaminhamento da dívida apurada para a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal para inclusão em dívida ativa, condição indispensável para obtenção dos benefícios trazidos pela Lei Distrital nº 5668/2016, que instituiu o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal – REFIS-N”.

6. A Unidade Técnica, por meio do Ofício n.º 342/2016 – SECONT/GAB (fl. 180), encaminhou ao **Sr. Luis Gomes Bezerra** cópia da Decisão n.º 4.317/2016, proferida nos autos do Processo n.º 23.538/12, que examinou pleito no mesmo sentido, oportunidade em que o Tribunal decidiu pelo não provimento de pedido então, tendo em vista o débito imputado ao responsável daquela TCE não se encontrar em situação de inadimplência perante ao erário, não se inserindo nas disposições da citada Lei n.º 5.668/16, posicionamento que deverá ser adotado, como paradigma para resolução de mérito de requerimentos protocolizados na Corte de Contas relacionados à obtenção dos benefícios previstos na referida lei para os casos de indenização de transporte concedidos aos milicianos das corporações militares distritais.

7. Assim sendo, em face do recolhimento comprovado pela Corporação Militar, a Unidade Técnica entendeu não restarem providências a serem adotadas pela Corte de Contas, razão pela qual sugeriu o arquivamento do presente processo e a devolução do apenso à Controladoria-Geral do Distrito Federal para acompanhamento dos recolhimentos efetuados pelo militar, os quais deverão ser comunicados ao Tribunal por meio do demonstrativo previsto no artigo 14 da Resolução n.º 102/98, nas contas anuais do CBMDF, conforme consignado à fl. 183.

8. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para as manifestações pertinentes, passo à análise do presente feito.

9. Uma vez efetivadas as medidas para o recolhimento do débito, no valor atualizado indicado pela Corte de Contas, via desconto em remuneração, entendo correta a proposta de encaminhamento dos autos à CGDF para acompanhamento dos recolhimentos efetuados pelo militar, os quais deverão ser comunicados à Corte por meio do demonstrativo previsto no artigo 14 da Resolução TCDF n.º 102/98, nas contas anuais do CBMDF, bem como o arquivamento do feito.

10. Além da remessa à CGDF, correto ainda o encaminhamento dos documentos à SEGECEX para manter o registro e acompanhamento formal e o controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal, em atenção ao disposto no artigo 2º, inciso I, alínea “g”, da Portaria n.º 76/97, com a redação dada pela Portaria n.º 300/11, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE n.º 02/11.

11. No mais, correto o posicionamento adotado pela Unidade Técnica de encaminhamento de cópia da Decisão n.º 4.317/2016 (Processo n.º 23.538/12) ao interessado, cujo teor firma entendimento da Corte de Contas no sentido de negar provimento aos requerimentos que busquem a obtenção dos benefícios previstos na Lei n.º 5.668/16 para os casos de indenização de transporte concedidos aos milicianos das corporações militares distritais, tendo em vista o débito imputado aos responsáveis não caracterizar situação de inadimplência perante o erário, não se inserindo nas disposições da citada lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

12. Nesse sentido, não havendo outras medidas a serem tomadas nos autos, opina este representante do **Parquet** especializado por que o Egrégio Tribunal acolha as sugestões formuladas pela Unidade Técnica à fl. 191.

É o parecer.

Brasília, 13 de outubro de 2016.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador

DIGITALIZADO